

ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO: UM DEBATE ENTRE BOURDIEU E LACLAU/MOUFFE

ELEMENTS FOR AN ANALYSIS OF *POLITICAL DISCOURSE*: A DEBATE BETWEEN BOURDIEU AND LACLAU/MOUFFE

ELEMENTOS PARA UN ANÁLISIS DEL *DISCURSO POLÍTICO*: UN DEBATE ENTRE BOURDIEU Y LACLAU/MOUFFE

Atílio Vicente¹, Israel Aparecido Gonçalves², Rafael Meurer³

DOI: 10.54899/dcs.v22i84.3865

Recibido: 24/10/2025 | Aceptado: 19/11/2025 | Publicación en línea: 24/11/2025.

RESUMO

O trabalho que se segue procura estabelecer uma análise ao conteúdo da resposta dada por Laclau/Mouffe à Norman Geras no texto *Pós-Marxismo sem Pedido de Desculpas*. Partindo, principalmente, da noção de *campo* em Pierre Bourdieu, entendemos que a resposta, longe de satisfazer aos requisitos epistemológicos, deixa em suspensão um problema que os autores não procuram enfrentar: a problemática clássica nas ciências sociais das pré-condições da formação de qualquer *discurso*, no nosso caso, o *discurso político*. A metodologia usada foi teórico-analítica e comparativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e conceitual. Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa, cujo método consiste na análise crítica e interpretativa de obras de referência no campo das ciências sociais, especialmente dos autores Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, em diálogo com Pierre Bourdieu, além de aportes teóricos de Max Weber, Thomas Kuhn, Michel Foucault, Norman Fairclough e Michel Pêcheux. Após a análise dos textos, pode-se afirmar que a teoria do discurso de Laclau/Mouffe é insuficiente por desconsiderar as pré-condições sociais e simbólicas que tornam o discurso político possível, sendo necessário recorrer à teoria dos campos de Bourdieu para compreender o discurso como produto histórico das relações de poder e das estruturas sociais.

Palavras-chave: Discurso. Espaço Social. Campo Político. Discurso Político. Poder Simbólico.

ABSTRACT

The following work seeks to establish an analysis of the response given by Laclau and Mouffe to Norman Geras in the text *Post-Marxism Without Apologies*. Drawing primarily on Pierre Bourdieu's notion of field, we argue that their reply, far from meeting epistemological requirements, leaves unresolved a problem the authors do not address: the classical issue in the

¹ Mestre em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Joinville, Santa Catarina, Brasil.
E-mail: atiliovic@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0681-3761>

² Mestre em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Joinville, Santa Catarina, Brasil.
E-mail: educa_isra@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8462-8724>

³ Especialista em Direito Público, Damásio Educacional, Joinville, Santa Catarina, Brasil.
E-mail: rafaelmeurer2016@gmail.com

social sciences concerning the preconditions for the formation of any discourse — in this case, political discourse. The methodology used was theoretical, analytical, and comparative, based on bibliographic and conceptual research. It is a qualitative investigation whose method consists of the critical and interpretative analysis of key works in the field of social sciences, especially those of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, in dialogue with Pierre Bourdieu, along with theoretical contributions from Max Weber, Thomas Kuhn, Michel Foucault, Norman Fairclough, and Michel Pêcheux. After analyzing these texts, it can be concluded that Laclau and Mouffe's discourse theory is insufficient, as it disregards the social and symbolic preconditions that make political discourse possible. It is therefore necessary to turn to Bourdieu's field theory to understand discourse as a historical product of power relations and social structures.

Keywords: Discourse. Social Space. Political Field. Political Discourse. Symbolic Power.

RESUMEN

Este artículo busca analizar el contenido de la respuesta de Laclau/Mouffe a Norman Geras en el texto "Posmarxismo sin disculpas". Partiendo principalmente de la noción de campo de Pierre Bourdieu, entendemos que la respuesta, lejos de satisfacer los requisitos epistemológicos, deja sin resolver un problema que los autores no intentan abordar: el problema clásico en las ciencias sociales relativo a las condiciones previas para la formación de cualquier discurso, en nuestro caso, el discurso político. La metodología utilizada fue teórico-analítica y comparativa, basada en investigación bibliográfica y conceptual. Se trata de una investigación cualitativa, cuyo método consiste en el análisis crítico e interpretativo de obras de referencia en el campo de las ciencias sociales, especialmente las de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe, en diálogo con Pierre Bourdieu, además de las contribuciones teóricas de Max Weber, Thomas Kuhn, Michel Foucault, Norman Fairclough y Michel Pêcheux. Tras analizar los textos, se puede afirmar que la teoría del discurso de Laclau/Mouffe es insuficiente, ya que ignora las condiciones sociales y simbólicas que posibilitan el discurso político. Por lo tanto, es necesario recurrir a la teoría del campo de Bourdieu para comprender el discurso como un producto histórico de las relaciones de poder y las estructuras sociales.

Palabras clave: Discurso. Espacio Social. Campo Político. Discurso Político. Poder Simbólico.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Antes de adentrarmos propriamente à discussão, é necessário que façamos alguns esclarecimentos de primeira ordem: primeiro, de que este artigo se trata de algo preliminar. Sem dúvida, há que se fazer outras pesquisas e novos aprofundamentos. Estamos centrados, quase unicamente, em dois textos escritos por Laclau/Mouffe, a *Hegemonia e Estratégia Socialista*, e, onde se encontra as respostas às críticas de Norman Geras, *Pós-marxismo sem Pedido de*

Desculpas; ⁴ segundo, que o objetivo não é reestabeler a crítica de Geras a partir de um reforço das próprias posições gerasianas. O que faremos é um deslocamento da problemática, confrontando-a com a perspectiva bourdieusiana, principalmente a partir da teoria dos *campos*; terceiro e último, não trataremos de todas as críticas de Geras – bem como das respostas às mesmas – encontradas no texto *Pós-marxismo*. O que nos interessa, e o que não nos convenceu, foi uma determinada resposta, a saber, a que trata das pré-condições do *discurso político*. É sobre esta que elaboraremos um inquérito analítico.

Ainda, pensando no melhor posicionamento do objeto, ao tomarmos que uma teoria que pretenda ser científica deve responder a três requisitos fundamentais, vale alguns outros esclarecimentos de segunda ordem: primeiro, que ela deve ser portadora de um rigor interno. Estamos falando da clareza dos conceitos bem como das articulações coerentes entre os mesmos. Nos dizeres de Weber (2017, p. 25), o “trabalho científico pressupõe sempre a validade das regras da lógica e da metodologia, que constituem os fundamentos gerais de nossa investigação no mundo”. Ou seja, em termos de uma simples comparação ao instrumento científico de um astrofísico, a possibilidade de uma boa observação sobre o espaço sideral tem requisito indispensável que o telescópio esteja bem calibrado. Os conceitos bem elaborados e bem articulados não dão tal condição; o segundo, que ela, a teoria em seu conjunto, deve se sobressair, ou ser minimamente convincente, diante dos questionamentos, debates ou confrontos de outras teorias que disputam o monopólio da melhor explicação científica sobre o mundo, em nosso caso, o mundo social; e terceiro, ela deve dar resultados, ou seja, nos dizeres de Thomas Kuhn, (2013, p. 66), deve dar conta de solucionar os “quebra-cabeças”. No que diz respeito à teoria do discurso de Laclau/Mouffe, não estamos avaliando a terceira perspectiva, ou seja, não estamos avaliando, propriamente, o domínio dos resultados advindos dos fenômenos estudados. O que nos interessa é a primeira e a segunda. Entendemos que já em *Hegemonia* não há um esclarecimento satisfatório sobre tal ponto – o fato das pré-condições do discurso político – e que, dada a resposta dos autores à crítica estabelecida por Geras, isso se constitui um verdadeiro “ponto cego” na teoria Laclau/moufferiana.

O objetivo deste artigo é analisar criticamente a teoria do discurso político de Laclau/Mouffe, evidenciando suas limitações quanto à ausência de uma reflexão sobre as pré-condições sociais de enunciação, à luz da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Busca-se

⁴ A partir desse ponto, toda vez que aparecer a menção ao texto *Pós-marxismo sem Pedido de Desculpas*, abreviaremos por *Pós-marxismo*. Bem como utilizaremos a abreviação *Hegemonia* para o Texto *Hegemonia e Estratégia Socialista*.

demonstrar que o discurso político só pode ser compreendido plenamente quando articulado às estruturas simbólicas e às relações de poder que o antecedem e o legitimam, constituindo, assim, um elemento essencial da produção de hegemonia no campo político.

AS IMPLICAÇÕES ANALÍTICAS DO DISCURSO POLÍTICO

Entendemos com Weber (2017, p. 20), em sua magistral conferência *Ciência como Vocação*, que toda obra verdadeiramente científica, ao responder certas questões, também, necessariamente, deve fazer surgir outras novas questões. Em outras palavras, uma teoria científica, principalmente em se tratando das ciências sociais, ao superar determinados limites, ao mesmo tempo “pede” que seja ela mesma ultrapassada. Assim, não há dúvidas que no *subcampo* das ciências sociais – no *campo* marxista contemporâneo – Laclau/Mouffe respondem, quiçá superam, tanto o essencialismo classicista quanto o reducionismo economicista (2015, p. 52). Rompendo em definitivo com o binômio *estrutura/super-estrutura*, deslocam a primazia marxista do econômico para a “primazia do político” (2015, p. 107 – 157). Neste sentido, o *discurso* não é mais entendido como condição pertencente à super-estrutura, mas, sim, à condição *sine qua non*, - por conta da composição dos *entes* políticos, que não são mais qualquer grupo portador de um privilégio histórico/político – de toda e qualquer composição do social. Ou seja, o *discurso*, como elemento que ao ser totalmente imanente ao social, transcende, por condição intrínseca da contingência, qualquer aspecto desse mesmo social, possibilitando, assim, a hegemonia (Howarth, apud Scott, 2010, p. 71). Desse modo, os autores oferecem um novo panorama analítico que pretende dar conta da complexidade de uma sociedade que tem como principal característica – essa advinda pós-revolução francesa – a pluralidade. A mesma problemática que tanto John Rawls (2000, p. 180 – 216) – com a ideia de “consenso sobreposto” –, quanto Jürgen Habermas (2002, p. 170) – propondo a “inclusão com sensibilidade para as diferenças” –, precisaram enfrentar. Porém, apesar dos autores sem dúvida apresentarem uma teoria ampla e robusta, ao considerarmos a sugestão de Kuhn (2013, p. 58), de “que a estrada para um consenso estável na pesquisa é extraordinariamente árdua”, há algo que permanece em suspenso, ou, um não consenso em torno de um ponto específico. Para esclarecer tal ponto vamos à afirmação de Geras, citada por Laclau/Mouffe (2015, p. 44), no texto *Pós-marxismo*:

pode-se notar de novo, por exemplo, como absolutamente tudo – sujeitos, experiência, lutas, movimentos – tem “condições de possibilidades” discursivas, enquanto que a

questão quando ao que podem ser as condições de possibilidade do próprio discurso não prejudica os autores tanto quanto a pausa para o pensamento.

A resposta dada por Laclau/mouffe (2015, p. 44) à tal crítica é a seguinte:

Isso é absurdo. Se o discursivo é coincidente com o ser dos objetos –, o horizonte, portanto, da constituição do ser de todos os objetos –, a questão sobre as condições de possibilidades do ser do discurso é sem sentido. É equivalente a perguntar a um materialista pelas condições de possibilidade da matéria ou a um ateu pelas condições de possibilidade de Deus.

Esta afirmação de “absurdo”, sugerida pelos autores, certamente estaria em descompasso com a posição de alguns dos principais autores que se empenharam para entender os aspectos da agência discursiva. Apontando alguns dos principais: Michel Foucault (1996, p. 8 – 9), em sua aula inaugural (*A Ordem do Discurso*), no *College de France*, em dezembro de 1970, inicia sua exposição afirmando que a ordem do *discurso*, “longe de ser esse elemento transparente ou neutro” por intermédio da exclusão/interdição – “tabu do objeto, ritual da circunstância e direito privilegiado/exclusivo de quem fala” –, procura sempre esconder “sua pesada e temível materialidade” (a temível materialidade do discurso); também, Norman Fairclough (1989, p. 23, apud JESSOP, 2019, p. 293), apesar de enfatizar a centralidade da linguagem, assim como Laclau/Mouffe, vai apontar que “embora todos os fenômenos linguísticos sejam sociais, nem todos os fenômenos sociais são linguísticos”; por último, Michel Pêcheux (1997, p. 77) aponta que o “discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” que está “situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um *campo político*”, ou seja, em Pêcheux, assim como em Foucault e Fairclough, há um claro apontamento para as condições pré-discursivas. Todavia, como já mencionado, o debatedor escolhido será outro. Estabeleceremos nossas análises a partir, principalmente, do conceito de *campo* em Pierre Bourdieu.⁵

Embora não se encontre em Bourdieu uma teoria sobre o *discurso*, entendemos que as principais pistas, especialmente em se tratando do *discurso político*, podem ser deduzidas em especial de três textos: o primeiro, o *Sur le Pouvoir Symbolique*, proferido na Conferência da

⁵ A noção de *campo* surge da necessidade de uma nova opção teórico/metodológica que pretendia, ao mesmo tempo, se opor tanto ao formalismo, que previa um alto grau de autonomia de determinadas esferas sociais, quanto ao reducionismo, que relacionava diretamente as formas artísticas, ou qualquer outra, com as formas sociais. Neste sentido, segundo Bourdieu (1989, p. 64), ambos os casos ignoravam o fato de que há um determinado “espaço social de relações objetivas”.

Universidade de Chicago, em abril de 1973. Este, por representar, segundo o próprio Bourdieu (1989, p. 7), um “balanço de um conjunto de pesquisa sobre o simbolismo” é importante para a análise sobre a dimensão social do *simbolismo*; o segundo, *La représentation politique. Eléments pour théorie du champ politique*, lançado em 1986. Neste, há uma tentativa de estabelecer as bases teóricas para se analisar o *campo político*; e o terceiro e último, proferido na Conferência da Universidade de Lyon, em fevereiro de 1999, denominado *le champ politique*, em que, de modo sintético, há a confirmação das mesmas posições adotadas no segundo. Outro ponto importante é que devemos ter em mente que as análises bourdieusianas sobre todo e qualquer espaço social – *campo* – está intimamente relacionada aos elementos de análise das “esferas” sociais weberianas, especialmente sobre as que Weber (2014, p. 37- 138; 2014, p. 279 – 418) desenvolve na economia e na religião. Um último ponto, o qual não devemos desprezar, é que, ao analisar o *campo político*, Bourdieu (2011, p. 194) está, pelo método de análise comparativo, relacionando-o a outros *campos*, especialmente ao religioso.

Apresentado tais esclarecimentos, partimos então para o que Bourdieu (1989, p. 163) nos esclarece através da seguinte afirmação:

O silêncio acerca das condições que colocam os cidadãos – e de modo tanto mais brutal quanto mais desfavorecidos são econômica e culturalmente – perante a alternativa da demissão pela abstenção ou desapossamento pela delegação é para a ciência política o que o silêncio acerca das condições econômicas e culturais da conduta econômica racional é para a ciência econômica. Toda análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os agentes politicamente ativos e os agentes politicamente passivos.

É exatamente isso que notamos na resposta de Laclau/Mouffe dada a Geras: um “silêncio” em relação às condições “brutais” em que é tomada toda é qualquer posição discursiva. Assim, nossa construção argumentativa seguirá a partir de algumas questões fundamentais: qual é o objeto do *discurso*? Como se produz objetos discursivos? Em que momento/lugar o discurso é proferido? Como um *discurso* pode materializar-se em consenso? E, por último, mas não menos importante, quem profere o *discurso*? Nosso percurso não será o de procurar responder tais questões uma a uma. Mesmo porque, ao tomarmos por modelo analítico a teoria bourdieusiana, o conteúdo das respostas entrelaçam-se em vários pontos. O que nos interessa é estabelecer alguns elementos, os quais, por vias diferenciadas às de Laclau/Mouffe (2015), apontam o que não foi considerado pelos mesmos, isto é, quais são as pré-condições que possibilitam um *discurso* tornar-se *discurso força*, capaz de, em meio aos *dissensus* (antagonismos), construir

consensus, ou seja, através de elementos *simbólicos*, mobilizar massas, possibilitando, assim, a produção de hegemonia.

Partindo para a definição de nossa principal noção a ser utilizada, o conceito de *campo*, como espaço privilegiado onde se dão os “jogos sociais”, é sinônimo de uma luta constante entre a conservação e a transformação.⁶ Em todo *campo* há uma luta pelo *monopólio* do exercício legítimo da *violência simbólica*, uma luta “simbólica pelo poder simbólico”, o que está em jogo é a posse desse monopólio que dá condições da imposição dos princípios de visão e de divisão do mundo social, em outros termos, o modo de fazer ver e, por isso, fazer crer, reafirmando, no caso da manutenção, ou, alterando a lógica das posições dentro do espaço social, no caso da transformação (VICENTE, 2016, p. 62 – 69).

Referindo-se, especificamente, ao *campo político*, Bourdieu (1989, p. 185) afirma o seguinte:

O campo político é, pois, o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força do mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político.

No *campo político*, assim como no *campo religioso*, há uma luta constante – o que se acirra em períodos de crises –, entre o sacerdote, representante da manutenção (ortodoxia), e o profeta, portador da possibilidade da transformação (heresia). Tais especialistas aplicam-se em oferecer no mercado dos bens simbólicos, no caso do *campo político*, bens políticos, as significações que podem convencer ou não sua respectiva clientela, os profanos (Bourdieu, 2013, p. 89). Por isso, tanto no *campo religioso* quanto no político, a ideia da administração dos bens de salvação permanece. O discurso político, assim como o religioso, opera no mesmo sentido. Só é aceito, tornando-se então *discurso* força, na medida que faz ver/crer na esperança da “salvação”, a mais simbólica de todas as expressões humanas.

Outro ponto a ser considerado é o que Bourdieu (1989, p. 177) nos esclarece:

os discursos políticos produzidos pelos profissionais são sempre duplamente determinados e afetados de uma duplicidade que nada tem de intencional visto que resulta da dualidade dos campos de referência e da necessidade de servir ao mesmo tempo os fins esotéricos das lutas internas e os fins exotéricos das lutas externas.

⁶ Para um esclarecimento completo, tanto em relação às definições dos conceitos – *campo*, *habitus* e *capital* –, quanto em relação à gênese dos mesmos, ver Vicente (2016, p. 58 – 80).

Assim sendo, não há como negar que este determinado *discurso* está dentro da lógica das estruturas estruturantes, o que, obviamente, por serem avessos a qualquer tentativa de categorização do social, é negado por Laclou/Mouffe (2015, p. 187). O *discurso político* capaz de se tornar *discurso* força tem uma história, e essa foi forjada nas relações de forças entre classes ou grupos, e que, exatamente por isso, se tornou a expressão verbalizada de uma história objetivada (Bourdieu, 2007, p. 438). O *discurso político*, por ser duplamente condicionado, é tanto produto das lutas internas – e aqui pensamos nas disputas no interior de um partido, por exemplo, que poderíamos definir como um *antagonismo* interno ao *subcampo* –, quanto das disputas e concorrências externas – na posição tomada em relação a outros partidos, ou, visões de mundo, por exemplo. Isso, sem nunca desconsiderar, em nenhum dos casos, a posição e o peso dos agentes leigos. Esta é uma “sacada” da teoria bourdieusiana: perceber que há uma homologia estrutural entre os *campos*, e uma delas é a observação de que o produto sempre se relaciona a algum tipo de clientela. Como diz Bourdieu (1989, p. 177), os profissionais do *campo político* “servem os interesses dos seus clientes na medida em que (e só nessa medida) se servem também ao servi-los”.

Por último, deslocando o que Bourdieu (1989, p. 188), afirma sobre o político profissional, o que serve perfeitamente ao nosso propósito, podemos dizer que o discurso

(...) retira sua força política da confiança que um grupo põe nele. Ele retira seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos.

Desse modo, o *discurso político* – forma de acordo pré-gnosiológico sobre elementos simbólicos/políticos – só se torna acessível pré-conscientemente por ser produto de um determinado *espaço social* – não há como verbalizar fatos econômicos sem, de algum modo, dominar algumas regras básicas (significados) sobre o fenômeno social denominado economia. Por isso, e aqui entendemos que Laclau/Mouffe (2015, p. 186) fazem uma leitura equivocada sobre a filosofia dos “*jogos de linguagem*” de Wittgenstein, o terreno que possibilita qualquer tipo de significações, em outras palavras, uma *doxa* compartilhada, que torna possível estabelecer as regras práticas do jogo, são os *espaços sociais* capazes de iniciar seus respectivos agentes sociais nas regras do jogo.⁷ Tais espaços, assim como o significado/regra que derivam do

⁷ Entendemos que há um equívoco na interpretação de Laclau/Mouffe (2015, p. 186) sobre a afirmação de que em Wittgenstein admitiria “à impossibilidade de uma fixação de significados em última instância”. Ora, afirmar que é

mesmo, são as condições *sine qua non* que possibilitam tornar possível qualquer “jogo de linguagem”. Tais regras, que possibilitam determinado jogo, são aquilo que Bourdieu (2011, p. 197) sugere falando sobre que “é preciso estar de algum modo em acordo sobre o terreno do desacordo”. O papel fundamental das regras inscritas *nos espaços sociais*, nas instituições e, também, nas consciências/corpos, produto de uma história que se materializa, são o que mantem a possibilidade sobre qualquer jogo discursivo. Entendemos que, ao contrário de Laclau/Mouffe (2015, p. 44), o absurdo seria o não se perguntar “sobre as condições de possibilidades do ser do discurso”. Como se o discurso pudesse substituir/representar ontologicamente a totalidade do social, uma espécie de panacéia autoevidente. Para Laclau/Mouffe (2015, p. 39), o *discurso* é um produto *a priori* deslocado de quaisquer interesses, pois, “na verdade, as articulações político-hegemônicas criam retroativamente os interesses que pretendem representar”. Por este registro, o *discurso* seria o que criaria o interesse ou, no mínimo, esclareceria o que de fato são os reais interesses. Pelo registro bourdieusiano, o *discurso*, como expressão da racionalidade – significações –, mesmo no sentido fraco, tido apenas como razoabilidade, sempre colocar-se-á como a tentativa de legitimação de algum tipo de interesse. Ou seja, ele será sempre um *a posteriori*: não se cria discursos a partir do que não se existe! Um bom exemplo dessa afirmação pode ser visto no *discurso* neoliberal sobre a meritocracia. A meritocracia não surgiu em decorrência de um *discurso*, mas, sim, a partir do interesse em justificar/legitimar certos modos de desigualdade, em especial, o de posições socioeconômicas. Portanto, na afirmação de Alice Casimiro Lopes/Daniel de Mendonça e Joanildo A. Burity, referindo-se a Laclau/Mouffe (apud 2015, p. 16), de que se a “análise do discurso” é a análise das condições de fixação de um discurso concreto” ou, em “outras palavras, “análise do discurso” é uma análise de como práticas se tornam simbólica e materialmente hegemônicas”, apontamos que ainda lhes falta o que é essencial em termos científicos, definir exatamente o que são tais “condições”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas de que Laclau/Mouffe avançaram enormemente nas análises sobre a ontologia do social. A teoria do *discurso*, de modo robusto, apontou as inconsistências de uma

impossível a fixação última de significado não é o mesmo que afirmar que não existem determinados *espaços sociais* formadores e reprodutores de significados. É exatamente por este motivo que a linguagem não tem uma única estrutura lógica, ou seja, os diferentes “jogos de linguagem”, se e somente se, existem justamente por serem produtos de *espaços sociais* diferenciados, cada qual com sua estrutura racional/significativa.

determinada visão essencialista em relação ao privilégio classista, a visão teleológica da história, o reducionismo economicista (binômio infraestrutura/superestrutura). No entanto, entendemos que Laclau/Mouffe (1980, p. 87, apud JESSOP, 2019 p. 294), ao tomar o *discurso* como não somente sendo “um plano ou dimensão do social, mas como tendo o mesmo significado que o social”, enveredam a uma outra forma de “essencialismo”. Também, estamos de acordo com o mesmo autor no apontamento de que Laclau/Mouffe, ao priorizar demasiadamente o *político* como sendo algo deslocado de qualquer outra dimensão do social, caem em um “pan-politicismo” e que isso geraria “uma abordagem arbitrária do mundo social que ignora as condições de ação não reconhecidas, bem como as muitas e variadas propriedades emergentes da ação que passam despercebidas” (JESSOP, 2019, p. 310).

Entendemos que o *discurso político* pode até comportar o mesmo significado do social ou de sociedade em termos de cosmovisão, mas somente isso. Qualquer *discurso político*, ao materializar/positivar-se, carrega em si uma historicidade que só se faz narrativa por conta de determinadas condições dadas, e, que, por isso, ao se objetivar ao mesmo tempo silencia e esconde, conseqüentemente, aspectos de sua própria história. Aspectos esses – talvez, por se fazer ciência sempre sobre o que está oculto – os mais importantes. Ainda, mesmo que admitamos que a sociedade só o é dentro de um determinado *discurso*, como bem sabemos, não existe um único discurso, do contrário não haveria antagonismos – termo tão caro a Laclau/Mouffe –, e, se não há uma única visão de sociedade, e não temos problema com isso, sendo coerentes, no mínimo, temos que admitir que o social transcende qualquer *discurso*.

O modo de análise que, em parte esconde toda e qualquer estrutura – o voluntarista –, e, por outro lado, também o modelo que só vê estruturas – o determinista – são alvos da crítica de Bourdieu (1989 p. 141): o primeiro, pela ênfase na filosofia do sujeito, nega que as “categorias de percepção” e apreciação do mundo social – entendemos que o discurso só pode ser o efeito disso – são “produtos da incorporação das estruturas objetivas” deste mesmo mundo social em seus determinados espaços sociais; o segundo, ao contrário, toma a estrutural como algo vinculado *stricto sensu* ao binômio causa/efeito das ciências naturais e, com isso, toda e qualquer análise necessariamente vai cair em um mecanicismo, logo, não abrindo espaço à qualquer possibilidade de agência por parte dos sujeitos. Ao que nos parece no momento – e isso já indicamos no início do trabalho, pois, trata-se de uma pesquisa preliminar –, Laclau/Mouffe partem da primeira posição de análise. Tomam elementos discursivos como autoevidentes, “naturais”, como sendo o resultado de uma “coincidência” quase perfeita entre a complexidade

do social e a narrativa *política* que pretende representá-la. Neste sentido, o absurdo é não se perguntar sobre as possibilidades do *discurso*, ou seja, fugir da análise metadiscursiva ou pré-discursiva, estabelecendo uma espécie de voluntarismo transparente de narrações. Como se não existisse uma história – nada transparente – que constrói determinado *discurso* e, também, como se não existissem determinadas condições específicas de enunciação do *discurso*. Aqui, portanto, registra-se nossa crítica: uma teoria intelectualista do *discurso*, um *discurso* voluntarista e, ao mesmo tempo, uma espécie de “democracia discursiva” – esse ponto, em específico, ainda deve ser aprofundado – como se todos os antagonismos partissem de soma igual a zero.

Finalmente, partindo da “terceira via”, apontamos, com Bourdieu (1989, p. 142), que essa “capacidade de fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público, quer dizer, objetivado, visível, dizível, e até mesmo oficial”, aquilo que estava implícito como “experiência individual ou serial, mal-estar, ansiedade, expectativa, inquietação, representa um considerável poder social”, um poder que retira sua força não da palavra em si, mas das pré-condições que foram capazes de formular *consensus* em torno da palavra. Por isso, não há nada de absurdo na afirmação de que o discurso tem sim suas pré-condições de formação, de reprodução e, como não poderia ser diferente, de enunciações. Ele, o *discurso político*, só pode ser produto de *espaços sociais*, os quais são os responsáveis por pavimentar o “terreno simbólico”, algo indispensável a qualquer narrativa que pretenda ser significativa, ou seja, capaz de constituir o *sensu comum*, o consenso explícito de qualquer *discurso político*.

Como descrito na introdução, este artigo faz um debate preliminar, e, após a leitura e análises dos textos e dos conceitos, pode-se afirmar que a teoria do discurso de Laclau/Mouffe é frágil por desconsiderar as pré-condições sociais e simbólicas que tornam o discurso político possível, sendo necessário recorrer à teoria dos campos de Bourdieu para compreender o discurso como produto histórico das relações de poder e das estruturas sociais e políticas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz; rer. téc. Fernando Portugal – Rio de Janeiro: Memória e Sociedade, 1989.

_____. **A Distinção – crítica social do julgamento**. 1ª ed. Trad. Daniela Kern, Guilherme. F. Teixeira; rev. téc. Alexandre Dias Ramos; Daniela Kern; Odad Luiz Coradini – São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. **Economia das Trocas Simbólicas**. 7ª ed. Org. Sergio Miceli; trad. Sergio

Miceli, Silvia de Almeida, Sonia Miceli, Wilson Campos Vieira; rev. téc. Mary Amazonas de Barros – São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. **O Campo Político**. Trad. André Villalobos. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216. Acessado em 10 de março de 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. Harlow: Longman, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 5ª ed. Tra. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do Outro: estudo de teoria política**. 2ª ed. Trad. George Sperber, Paulo Astor Soethe, Milton Camargo Mota; ver. téc. Albertina Pereira Leite Piva. São Paulo: Loyola, 2002.

JESSOP, Bob. **Critical discourse analysis in Laclau and Mouffe's post-Marxism**. Trad. Katiele Menger, Leonardo Granato. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 6, n. 2, pp. 8-30. 2019. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/28400/20241>. Acessado em: 25 abr. 2021.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. Trad. Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr., Aécio Amaral – São Paulo. Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

_____. **A teoria do discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas – Pós-Marxismo Sem Pedido de Desculpas**. Org. Alice Casimiro Lopes, Daniel de Mendonça – São Paulo: Annablume, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso (AAD-69) IN GADET, F. HAK, T. (Org.). Por Uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux**. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.

RAWLS, John. **O Liberalismo Político**. 2ª ed. Trad. Dinah de Abreu Azevedo; rev. trad. Álvaro de Vita; rev. téc. Márcio Guimarães Araújo; Márcia Nóboa Leme; Sandra Brasil. São Paulo: Ática, 2000.

SCOTT, John. **Sociologia: conceitos gerais**. Org. John Scott. Trad. Carlos Aberto Medeiros; rev. téc. Luiz Fernando Dias Duarte – Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 12ª ed. Trad. Beatriz Vianna Boeira; Nelson Boeira; rer. téc. Márcia Abreu. São Paulo: Perspectiva, 2013.

VICENTE, Atílio. **A Recepção da Teoria Weberiana dos Modos de Ação e Dominação na Sociologia da Educação Reprodução: entre os Herdeiros e a Reprodução**. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174881>. Acessado em: 27 abr. 2021.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa, Karen Elsabe Barbosa; rev. téc. Gabriel Cohn, 4ª ed. 4ª reimpressão – Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

WEBER, Max. **Ciência e Política duas vocações**. Trad. Leonidas Hegenberg; Actany Silveira da Mota – São Paulo: Cultrix, 2017.